

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, março de 2022, número 170. ISSN 217-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA ANALISADA PELOS PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO PERÍODO 1980 A 2020

ARTIGO DO MÊS

AS DINÂMICAS ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DE PORECATU

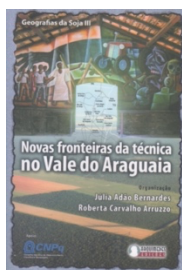
Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

9ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: Tramas de las desigualdades en América Latina y el Caribe Saberes, luchas y transformaciones. Del 7 al 10 de junio de 2022 tendrá lugar la 9ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales en las instalaciones de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos – ENG 2022
Tema: Brasil-Periferia: A Geografia Para Resistir e AGB Para Construir
20 a 24 de julho de 2022

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Livro: **Geografia da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** – Organizadoras: **Júlia Adão Bernardes e Roberta Carvalho Arruzzo**.

Para baixar:
<http://nuclamb.geografia.ufrj.br/geografia-da-soja-iii-novas-fronteiras-da-tecnica-no-vale-do-araguaia/>



Webinar Rede DATALUTA
Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:
<https://www.youtube.com/c/REDEDATA/LUTA/videos>

PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários



O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:
<http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em
<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA ANALISADA PELOS PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO PERÍODO 1980 A 2020

Almir Silva Xavier
a.xavier@unesp.br
Mestrando TerritoriAL – 2020

INTRODUÇÃO

A mesorregião da zona da Mata Pernambucana é caracterizada por conflitos e relações de poder proveniente da questão agrária no domínio territorial, que por sua vez é empregado pelas forças políticas oligárquicas dominantes neste território.

Esta relação propõe fazer uma leitura territorial desta mesorregião no contexto da subjetividade e materialidade do capitalismo agrário e da questão agrária mirando o agronegócio da cana-de-açúcar. E para melhor compreensão foram aplicadas as categorias geográficas espaço, território e territorialidade, com a finalidade de interpretar como o controle do capital explora o trabalho dos sujeitos, tema considerado de relevância atualmente pelo debate paradigmático.

Para mirar o que determina os atuais padrões de sociabilidade da Mata Pernambucana, o objetivo da presente leitura é sistematizar horizontes teóricos da bibliografia e minha experiência militante na própria materialidade da reprodução do capital, na busca de determinações e suas contradições, revelando o caráter estrutural que sustenta a territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar nesta mesorregião.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para análise do território Mata Pernambucana é a leitura multidimensional do espaço, considerando seu conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1996). Dialogando com a bibliografia foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Base de Dados do Estado (BDE) e com a vivência de quem milita no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nossa leitura acontece a partir da relação entre algumas leituras realizadas no mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe e prática vivenciada pelo autor na realidade local desta região que é rica de recursos naturais, belas paisagens, mas ao mesmo tempo apresenta baixos índices de desenvolvimento humano comparado às regiões com menos recursos.

Para aprofundar a análise territorial utilizamos conceitos da geografia, economia e sociologia, considerando as visões marxista e liberal diante da análise crítica a partir dos paradigmas do capitalismo

agrário, materializado pelo agronegócio da cana de açúcar e dos paradigmas da questão agrária, materializado pelos trabalhadores explorados no corte da cana, pelos camponeses, pelos agricultores familiares e pelos assentamentos de reforma agrária.

Uma leitura do debate paradigmático na mesorregião da Mata Pernambucana

A Zona da Mata Pernambucana é uma região rica em recursos naturais e potencial produtora de riquezas e que desde o período colonial se especializou na produção de cana-de-açúcar, contribuindo para o crescimento da economia local e regional. Contudo, este cenário sempre se sustentou em bases da concentração de riquezas e exploração do trabalho que determinaram um tipo desenvolvimento territorial predador.

Harvey (2005), em sua leitura sobre o capitalismo afirma que este modelo de desenvolvimento é inerente à expansão geográfica nas bases da desigualdade, sem as quais não se sustentaria enquanto sistema econômico e político. Harvey, a partir de leituras de Marx analisa as contradições produzidas pelo sistema capitalista global que produzem o território. Com esta concepção da natureza capitalista é possível interpretar o desemprego na mesorregião da Mata Pernambucana, de todo conjunto de contradições estruturais que faz parte da realidade dos sujeitos e da formação da paisagem no território.

A desigualdade revelada em dados da mesorregião Mata Pernambucana, analisadas de modo crítico, mirando a vida dos sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras na cultura da cana-de-açúcar revelam uma disparidade entre a riqueza resultante da produção e indicadores de miséria atrelados ao latifúndio e a técnica da monocultura. Sobre isto, a economista Tânia Bacelar (2013), escreveu em *“Crescimento Industrial do Nordeste: Para quem e para quê”*, onde critica o equívoco da estratégia em manter-se o modelo de monocultura na Zona da Mata de Pernambuco.

Nosso desafio é orientar-se pela Geografia e outras ciências para entender como o espaço ocupado pelo agronegócio da cana-de-açúcar resiste e consegue atravessar suas crises, mantendo e ampliando uma relação social de exploração do trabalho, mesmo diante da organização e lutas sociais exercidas por movimentos socioterritoriais de lutas por transformações da realidade.

O agronegócio é articulado num complexo sistema com poder para garantir sua proposta de desenvolvimento da agricultura capitalista, assim como enfatizado por Fernandes (2005), *“a agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento”*.

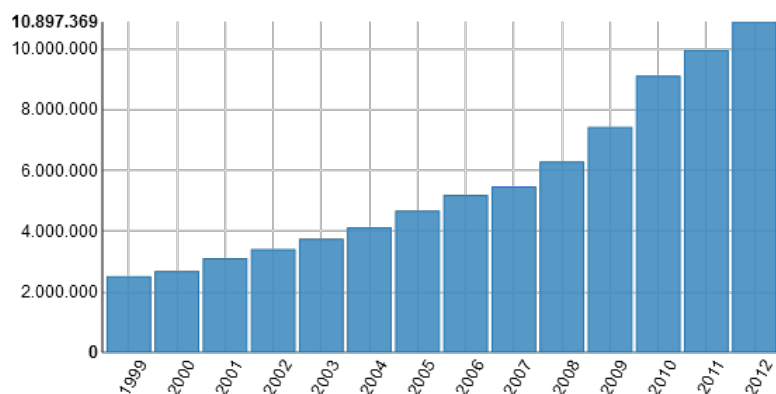
É possível, neste debate, evidenciar a presença da conflitualidade promovida pelo agronegócio, que só poderá ser percebida melhor, na Mata Pernambucana ou em outro território, a partir da leitura aprofundada da questão agrária.

Um dado importante analisado exemplifica esta afirmação que é os números do Produto Interno Bruto (PIB) numa projeção crescente, em contraposição de variáveis como mortalidade infantil e renda média domiciliar. Dados que nos permitem visualizar motivos da miséria nas pontas de ruas das cidades,

promovida pelo poder econômico e político do capital.

Para compreender este fenômeno é necessário ter um olhar no território (Raffestin, 1993) e perceber neste a materialização dos interesses antagônicos das classes sociais no qual tem sua consequência danosa para os desfavorecidos de poder econômico e fica evidente ao analisarmos os dados do PIB na mesorregião e os dados tabulados dos relatórios do próprio Estado, como demonstrados no gráfico 1 e quadro 1 .

Gráfico 1 - Evolução do PIB na mesorregião Mata Pernambucana.



Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios

Os indicadores sociais encontrados na Base de Dados do Estado (BDE) indicam as contradições do capital no território, demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Indicadores Sociais da Mata Pernambucana

Mata Pernambucana - 2010			
Variável	Mata Sul	Mata Norte	PE
Taxa de urbanização %	73,40	76,46	80,17
Renda média domiciliar R\$	289,08	298,51	508,82
Taxa de analfabetismo %	23,61	21,38	16,74
Mortalidade infantil (P/ mil)	12,2	12,5	13,0

Fonte: Base de dados do Estado (BDE), 2010.

No quadro 1 os dados fazem referência a 2010 e temos uma renda média por família que era a metade do salário mínimo (R\$ 510,00 em 2010). A taxa de urbanização permite analisar a migração das pessoas do campo à cidade; a taxa de analfabetismo de 23% sendo altíssima, quando a taxa nacional estava em 9,6% (IBGE, 2010). Porém o dado mais triste para o território é a mortalidade infantil no nível

de 12 por mil nascidos, concluindo um cenário de miséria.

Os autores até aqui citados trazem o debate dos paradigmas da questão agrária que contribuem na compreensão das variáveis objetivas e subjetivas, materiais e imateriais na espacialização do capital através da cultura de subordinação ao modo de produção capitalista gerador de complexa conflitualidade (FERNANDES, 2008).

Para Claude Raffestin, a relação capital-trabalho deve ser compreendida para chegarmos às razões que aliena os sujeitos do território e impõe um modelo global de subsunção. Para o contexto da Mata Pernambucana, exemplo disso é como o capital garante a superação das crises econômicas e políticas do agronegócio da cana-de-açúcar, submetendo a exploração das populações locais e ao desterritorializar camponeses de seu lugar de vida, como ocorrido com minha vó (Dona Conceição) na década de 70 em Ribeirão, Mata Pernambucana.

Milton Santos (1996), nos orienta a olhar para o espaço na sua totalidade do agir. Ao refletir esta afirmação é possível encontrar que não foi por ausência de lutas socioterritoriais que houve desterritorialização de camponeses e territorialização do capital nesta mesorregião e que é relacional ao conjunto das transformações produzidas pelo sistema capitalista rentista global.

Claude Raffestin trata o tema na sua complexidade e trabalha a abordagem relacional para nos alertar das razões pelas quais o capital produz desigualdade para perpetuar o poder, como no trecho destacado:

A complexidade das relações é talvez o que torna tão difícil a abordagem relacional. Se, por razões de comodismo, descrevem-se as reações bilaterais, não se pode esquecer que se trata de uma abstração, no sentido de que, na maior parte do tempo, as relações são multilaterais (RAFFESTIN, 1993, p. 32).

No referencial teórico utilizado para análise da mesorregião Mata Pernambucana até aqui, é possível evidenciar a formulação do paradigma da questão agrária. Contudo, ao que parece, a forma de Estado, como instrumento jurídico de garantia das leis, parece pautar sua política – planejamento estratégico – na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário, colocando o uso do espaço desta mesorregião submisso à lógica do capital. Abramovay (1998), afirma que uma agricultura empresarial, “eficiente”, a reprodução do capital exige submissão dos camponeses às exigências das leis do mercado. Este autor defende a integração da agricultura camponesa à agricultura empresarial especializada, baseada na monocultura e latifúndio, em contradição a produção diversificada de comida para alimentação e saúde dos indivíduos.

Contrário à política de agricultura empresarial agroexportadora, Josué de Castro, em Geografia da Fome (1959), já denunciava este modelo e argumenta como causa ao atraso do desenvolvimento agrícola e suas consequências para o fenômeno da fome:

Intimamente ligado a este tipo de exploração agrícola colonial, visando à produção de gêneros para exportação, está o fenômeno do latifúndio agrário. Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males do continente, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar (CASTRO, 1959, p. 190).

No centro de todo debate do capitalismo agrário deste território, diga-se atual, está o agronegócio da cana-de-açúcar que tem uma complexa articulação política e aparato econômico-tecnológico para controlar a agricultura através da integração e subalternidade à agricultura camponesa (FELÍCIO, 2011).

Para a análise interpretativa de Graziano da Silva (1981), o modelo do capital que tudo transforma em mercadoria é compatível com o desenvolvimento da vida no campo e que devem caminhar juntos, que um lado cumpre uma tarefa “importante” como fornecedor de força de trabalho e encontra no outro a oportunidade de vender esta mercadoria. Deste modo:

A integração da produção agrária nas relações socioeconômicas do complexo agroindustrial de um lado e nas relações comunitárias locais-regionais de outro, abre oportunidades de encaminhar – não resolve de uma vez – os problemas existentes pelos problemas potenciais oriundos da nova e mais radical modernização do *agribusiness*. A realização dessas oportunidades requer incentivos econômicos e culturais e políticas inovadoras, que busquem novas formas de gestão política pública (SILVA, 1981, p. 25).

De fato, que grande parte da agricultura camponesa e familiar, neste território cumpre a tarefa da agenda das usinas de cana-de-açúcar, fornecendo força de trabalho e matéria prima para produção de açúcar e álcool (SANTIAGO, 2013). O resultado disso é uma população empobrecida, população expulsa dos engenhos para diminuir os custos na manutenção de moradias, alto índice de analfabetismo e miséria, cenário retratado nos dados já citados nesta leitura.

A territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar na Mata Pernambucana

A mesorregião da Mata Pernambucana abrange 43 dos 185 municípios que compõem o Estado de Pernambuco, sendo a mesorregião de maior conflito pela terra no estado. Sua população aproximada é 1.200.000 pessoas, e apresenta Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os mais baixos do Nordeste (IBGE, 2010). Segundo Campos et. al. (2007), aproximadamente 90 a 100 mil pessoas trabalham na atividade da cana-de-açúcar neste território.

Desde o período colonial este território tem na cultura da cana-de-açúcar sua atividade produtiva de maior importância econômica (ANDRADE, 1964). Toda atividade é viabilizada, atualmente, pela exploração da força de trabalho mal pago pelo latifúndio monocultor (DE LIMA, 2007).

Motivadora das transformações na paisagem com desmatamentos e responsável pelas relações sociais de intensa conflitualidade, entre o poder oligarca dos proprietários de terras, o Estado que orquestra a proteção jurídica em favor do latifúndio e as famílias trabalhadoras que lutam pela reterritorialização do seu espaço, produzindo e se reproduzindo neste conflito (FERNANDES, 2004).

Por vezes a cana-de-açúcar é socorrida por políticas governamentais, como exemplo do programa nacional do álcool (PROÁLCOOL) e coincide com a expansão da fronteira agrícola que, além de avançar na territorialização do latifúndio na Mata Pernambucana, avança em terras indígenas pelo litoral do Nordeste (PALITOT, 2005).

Segundo a Fundaj, mesmo sob apoio de política estratégica nacional de proteção, a atividade das usinas pernambucanas têm constantes ameaças da concorrência com a produção da região Centro-Oeste do país, por sua técnica produtiva intensificada e favorecimento da topografia local. Segundo o Sindaçúcar, foram extintas 20 unidades produtivas de açúcar e álcool, no período 80/90, mas isto não altera a produção agrícola, pois os grupos se unem na manutenção dos canaviais. (FUNDAJ, 2007).

Mesmo assim, a partir da década de 1980, em razão da crise do setor açucareiro, passaram a ocorrer lutas massivas de trabalhadores por grandes propriedades de monocultivo da cana-de-açúcar sob a coordenação de várias organizações de movimentos socioterritoriais de lutas pela terra e trabalho que permitiu a ocupação de espaços constituindo a territorialização de camponeses reivindicando assentamentos (AMORIM, 1995).

Santiago (2013), fez uma análise criticando o modelo e herança da cultura canavieira na mesorregião Mata Pernambucana, onde condena a monocultura da cana, o latifúndio como estrutura concentradora de renda e o baixo nível de escolaridade das pessoas como estratégia para manter a exploração do trabalho e hegemonia das oligarquias agrária no território.

Santiago, 2013 cita alguns dados para demonstrar a crise do setor, mesmo com subsídios do Estado e a insustentabilidade deste agronegócio na produção de açúcar e álcool na mesorregião da Mata Pernambucana:

A área cultivada em cana caiu 18.7% entre 2000 e 2010. A produção de cana caiu 23% e a produtividade encolheu 5,31%. O número de trabalhadores despencou 35% entre 2006 e 2011. Já o número de empregos caiu de 53.832 para 34.970. Um levantamento feito pela economista Tânia Bacelar, demonstrando que Pernambuco perde espaços na produção nacional de açúcar e álcool. Em 1980, detinha 13,9%. Em 2013 caiu para apenas 2,3%. Na fabricação de derivados, a queda se consolidou. De 16,4% para 3,2%, em açúcar, e de 5,5% para 1,2%, em etanol, no mesmo período de 33 anos. A geração de empregos, 250 mil ha trinta anos, hoje está na casa dos 80 mil (SANTIAGO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária da Mata Pernambucana é complexa e demonstra que não cabe proposta reformista se quer modificar o cenário de morte de indivíduos e da natureza. É necessário transformar a realidade rumo ao desenvolvimento territorial na região, entretanto, a análise demonstra que será necessário romper com estrutura fundiária do latifúndio.

O desafio é de muita complexidade dado a forma como o Estado dirige o planejamento do espaço na lógica do capital, materializado nesta mesorregião pelo agronegócio da cana-de-açúcar. Esta lógica capitalista vê as famílias do território como simples fornecedores de força de trabalho ou simples consumidores de mercadoria.

O fato é que nenhum novo projeto será, de verdade, emancipador, se permanecer, na Zona da Mata, o latifúndio, o baixo nível de escolaridade e conhecimento tecnológico, a precariedade urbana. (SANTIAGO, 2013).

As consequências da forte territorialização da cana-de-açúcar nesta mesorregião é a precarização do trabalho, a desumanização dos sujeitos, a falta de acesso a espaço de produção e reprodução da vida e a concentração das riquezas na forma de latifúndio que avança com proteção jurídica do Estado - mercadoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Crescimento Industrial do Nordeste: Para quem e para quê**. In.: Boletim Análise do Instituto dos Economistas de Pernambuco - IEPE. Nº 1, abril/maio, Recife, 2013.

AMORIM, Jaime de. **Estudo sobre a Zona Canavieira do Nordeste**. (Doc. Interno do MST). 1995.

BDE. Base de Dados do Estado. <http://www.bde.pe.gov.br>. Acesso: 29 de maio de 2021.

CAMPOS, L. H. R., Raposo, I., & Maia, A. **Empregabilidade do cortador de cana-de-açúcar da zona da Mata Pernambucana no período de entressafra**. Revista Econômica do Nordeste, 38(3), 329-342, 2007.

CASTRO, J. de. **Geografia da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. São Paulo, Brasiliense, 1959.

DE LIMA, Glauber Guedes Ferreira. **As elites Açucareiras em Pernambuco: Um estudo sobre a heterogeneidade da açucarocracia pernambucana nas últimas décadas do império**. Brasília, UNB, 2007. (Dissertação de Mestrado).

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011 (Tese de Doutorado).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008, p. 173-230.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. **Movimento socioterritorial e “globalização”**: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.

FUNDAJ. **Instantâneo da realidade social 2**: desemprego sazonal na atividade açucareira da zona da Mata Pernambucana: relatório de pesquisa. Recife, 2007.

HARVEY, D. **A acumulação via espoliação**. In. HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 29 de maio de 2021.

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguaras da Baía da Traição e Monte-Mór: História, Etnicidade e Cultura**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2005. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp (Série Pesquisa, 1), 1981.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTIAGO, P.R. **Adeus monocultura**. Blog do Jamildo. 14 de agosto 2013. Disponível em: <https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/08/14/adeus-monocultura/>. Acesso em: 09 de março de 2021